

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 50601.000039/2025-92

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para atender as necessidades das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4 abaixo relacionadas:

RELAÇÃO DE EMPRESAS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA PARA AS INSTALAÇÕES PÚBLICAS DE PEQUENO PORTE - IP4 2024		
CONCESSIONÁRIA	CNPJ	VALOR
1. Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA	04.406.195/0001-25	85.800,00
2. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha - SAAE	01.254.864/0001-00	5.400,00
3. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE	04.597.340/0001-00	5.400,00
4. Cia. Humaitaense de Águas e Saneamento Básico - COHASB	05.610.079/0001-96	3.600,00
5. Serviço Municipal de Abastecimento de Água - SEMAA (Fonte Boa)	04.530.101/0001-25	1.200,00
6. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba/AM - SAAE	08.848.656/0001-70	2.400,00
7. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itacoatiara/AM	04.320.180/0001-40	3.000,00
8. Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Manicoré/AM - SISAGUA	04.197.166/0001-09	1.200,00
9. Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Novo Aripuanã/AM	04.278.818/0001-21	4.800,00
10. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará - SAAE	23.037.930/0001-15	3.600,00
11. Departamento de Água e Esgoto de Urucurituba - DAE	04.502.571/0001-85	1.200,00
12. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués/AM - SAAE	04.587.036/0001-74	4.560,00
13. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos/AM - SAAE	04.445.599/0001-28	4.200,00
Valor global anual estimado R\$		126.360,00

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**2.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. O abastecimento de água e tratamento de esgoto são serviços públicos essenciais. As atividades desenvolvidas por esta Administração nas Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4, localizadas no Estado do Amazonas ficariam seriamente prejudicadas caso esses serviços fossem suspensos, pois, constituem-se em recursos extremamente necessários para o melhor desenvolvimento das atividades sob a responsabilidade desta Superintendência.

2.2. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

2.3. Como é de notório conhecimento, a regra geral concernente às contratações públicas é a realização prévia de licitação, tal como disposto no artigo 37, inc. XXI, da Constituição Federal, medida esta que assegura idealmente a maior vantagem possível à Administração Pública e garante a observação do princípio da isonomia. Nada obstante, a própria Constituição encarregou-se de prever exceção à regra, facultando a contratação direta nos casos previstos em lei. Tais hipóteses estão atualmente dispostas nos Artigos 72, 74 e 75, da Lei nº 14.133/2021.

2.4. A supremacia do interesse público fundamenta a exigência, como regra geral, de licitação prévia para contratações da Administração Pública. No entanto, existem hipóteses onde a licitação formal seria impossível, ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. O procedimento licitatório normal conduziria ao sacrifício do interesse público e não asseguraria a contratação mais vantajosa, por isso, autoriza-se a Administração a adotar outro procedimento, onde formalidades são suprimidas, ou substituídas por outras. Essa flexibilidade não foi adornada de discricionariedade. O próprio legislador determinou as hipóteses em que se aplicam os procedimentos licitatórios simplificados. Por igual, definiu os casos de não incidência do regime formal de licitação.

2.5. Neste sentido, a referida contratação pode ser efetivada através de Inexigibilidade de Licitação, com base no *caput* do Artigo 74 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, pois a inviabilidade de competição decorre em razão das citadas concessionárias/entidade serem únicas fornecedoras em suas respectivas localidades.

3. DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

3.1. **Órgão:** Superintendência Regional do DNIT no Estado do Amazonas.

3.2. **Permite participação de Consórcios ou empresas estrangeiras:** Não.

- 3.3. **Permite Subcontratação:** Não.
- 3.4. **Orçamento estimado:** R\$ 126.360,00 (cento e vinte e seis mil trezentos e sessenta reais).
- 3.5. **Recursos Orçamentários:** As informações estão previstas no item 4 deste Termo de Referência.
- 3.6. **Referência de Preços:** As informações estão previstas no item 5 deste Termo de referência.
- 3.7. **Tipo de Contratação:** Inexigibilidade de Licitação, conforme Art. 74, *caput* da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.
- 3.8. **Condição de serviço comum:** Trata-se de serviço comum o objeto deste Termo de Referência, por meio de especificações usuais praticadas no mercado. Essa classificação encontra amparo legal no Parágrafo 2º do Artigo 3º do Decreto nº 3.555/2000.
- 3.9. **Serviço contínuo:** Sim, por tratar-se de serviço público essencial.
- 3.10. **Contato do responsável:** Serviço de Recursos Logísticos, Informática e Cadastro e Licitação – SELOG/DNIT. Telefone: (92) 2127-6030, e-mail: silene.cavalcante@dnit.gov.br.

4. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. Indicação da funcional programática, por onde ocorrerão as despesas para atender a prestação dos serviços:

Gestão / Unidade	39252/393009
Fonte	100000000
Programa de Trabalho	251061
Elemento de despesa	339039
PI	-

5. VALOR ESTIMADO TOTAL DAS CONTRATAÇÕES

- 5.1. A estimativa de valores foi realizada de acordo com as faturas de água e tratamento de esgoto no ano de 2024, conforme planilha estimativa, SEI - (19973056).

Item	Descrição do Item (Objeto)	CATMAT/ CATSER	Quantidade	Valor Estimativo (R\$)	Empresas/entidades
01	Abastecimento de água tratada e tratamento de esgoto	22845	01	R\$ 126.360,00	Conforme relação constante do item 1.1 deste TR.
VALOR TOTAL ESTIMADO: 126.360,00 (cento e vinte e seis mil trezentos e sessenta reais).					

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 6.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no Art. 74, *caput* da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.
- 6.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 6.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Prestar os serviços com eficiência, competência e diligência;
- 7.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 7.3. Manter seus dados atualizados perante a CONTRATANTE, para os fins da futura contratação.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados conforme o estabelecido neste Instrumento.
- 8.2. Manter seus dados atualizados perante a CONTRATADA.
- 8.3. Garantir que todos os procedimentos que antecedem essa contratação por foram adotados em processo interno específico, de acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021.

9. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

- 9.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da

entrega da Nota Fiscal pela CONTRATADA, atestada pelo servidor responsável pela fiscalização dos serviços.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 104, IV, 137, I, e 156 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

10.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

10.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

10.9. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.10. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

10.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

11.1. Nos termos da Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19/01/2010, os serviços a serem contratados, constantes deste Termo de Referência, deverão no que couber, atender as exigências previstas na referida Instrução Normativa.

12. SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração do DNIT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

12.2. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do DNIT, o Fornecedor ficará isento das penalidades mencionadas.

12.3. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração do DNIT e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. A penalidade será obrigatoriamente registrada no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

12.5. Para todas as penalidades aqui previstas, será garantida a defesa prévia do Fornecedor, que deverá ser apresentada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação de aplicação da penalidade.

13. **ASSINATURAS**

13.1. Declaro que sou responsável pela elaboração do presente Termo de Referência, tendo como objeto a Contratação de empresa para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para atender as necessidades das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4 do Estado do Amazonas, conforme especificações discriminadas neste Termo de Referência, em atendimento ao disposto no artigo 6º e § 1º do artigo 8º da Instrução Normativa nº 01/MT, de 04 de outubro de 2007.

LORENZO DE SOUZA FERNANDES
Analista Administrativo

CIENTE,

SILENE ARAÚJO CAVALCANTE
Chefe do Serviço de Recursos Logísticos e Informática - Substituta

DE ACORDO,

DENIVAL FALCÃO DA HORA JUNIOR
Coordenador de Administração e Finanças - Substituto

APROVO o presente Termo de Referência

Eng. Civ. ORLANDO FANAIA MACHADO
Superintendente Regional do DNT/AM



Documento assinado eletronicamente por **Lorenzo De Souza Fernandes, Analista Administrativo**, em 24/03/2025, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silene Araujo Cavalcante, Chefe do Serviço de Recursos Logísticos e Informática**, em 24/03/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20643720** e o código CRC **2D160181**.

Referência: Processo nº 50601.000039/2025-92

SEI nº 20643720



MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



Rua Recife nº 2.479
CEP 69.058-775
Manaus/AM |